

# Disputa de terrenos em Piúma pode provocar conflito armado

Por Ubervalter Coimbra

Foto: Ailton Lopes

(Enviados Especiais)

A disputa de uma área de 10.000 hectares no município de Piúma, entre antigos proprietários e pessoas que se dizem donos, poderá resultar num conflito armado. São 200 famílias atingidas e providências solicitadas ao Governo do Estado em junho deste ano não tiveram resposta.

Estas são denúncias de moradores da região e do prefeito de Piúma, sr. Hélio Garcia Mervila. Uma ação judicial para sustar a ação dos grupos que querem se aposar dos terrenos, aproximadamente 2.000 alqueires, o preço médio é de Cr\$ 500.000 o alqueire, — ingressará em juízo ainda esta semana.

## TEMPO DO IMPÉRIO

“É uma corja de ladrões, cujo chefe é o Agenor Pereira de Souza”, denunciou o sr. José de Vargas Scherrer, ex-prefeito de Piúma, de quem “tentaram, como a várias outras pessoas, tomar as terras”. Ele comentou a omissão de um magistrado, identificado apenas como “Anibal”, da Comarca de Iconha, a quem atribuiu o início do “sofrimento dos moradores”.

“Dizem que este sujeito (Agenor Pereira de Souza), que se diz herdeiro dos terrenos, mora em Nanuque. Mas é ele, apoiado por um juiz de Direito, Dr. Anibal, que causa toda a bandalheira. Esse juiz é que fez o inventário e aceitou um suposto documento de 1.855, do tempo do Império, que diz que a proprietária era uma Leocádia de tal, para prejudicar a dezenas de pessoas”, afirmou o sr. José de Vargas Scherrer.

## INVENTÁRIO

Para ele, “a negociata atinge umas 50 propriedades (para alguns são 200 famílias) e já foram vendidos 315 alqueires dos 2.000 que querem se apropriar de qualquer forma. Mas nós entraremos esta semana com embargo de terceiro para ver se conseguimos anular esse inventário”, assegurou o ex-prefeito de Piúma.

Ele espera que o atual juiz de direito de Iconha, sr. Air Bezerra, “repare um erro de seu colega. “Vamos provar que até o agrimensor Humberto Mignone, da Vila do Itapemirim, é falso profissional”. A defesa do sr. José de Vargas Scherrer será feita pela ad-



Toda esta área do Município está sendo ameaçada por grileiros

vogada Sandra Maria Magnago, de Alfredo Chaves, e pelo sr. Deusdedith Batista, de Cachoeiro de Itapemirim.

De acordo com as declarações do ex-prefeito de Piúma, “na sexta-feira passada vieram cinco homens, num caminhão, para tomar um terreno próximo ao meu. Nos reunimos e fizemos que eles fossem embora. Aqui eles não entram. Se voltarem existe possibilidade de um conflito armado, como já houve em Portinho (distrito de Piúma), ” alertou.

A fazenda Oroboé é sua há 26 anos e diz ter apresentado documento falando da existência da fazenda datado de 1815, uma “carta régia”. Uma relação feita ontem indica que 29 pessoas estão sendo diretamente prejudicadas pela ação do grupo de grileiros.

## OS NOMES

A relação, fornecida por um membro da comunidade de Piúma, é a seguinte: Gilberto Alves Domingues, Laudelino Lírio (78 anos de idade), Sidio Cordeiro, Maria de Almeida Lírio (73 anos), José de Vargas Scherrer, Manoel Julião, Antonio Miranda, Daniel Miranda, Gilton Domingues, Juraci Basul, Tito Loyola da Silva, Oracio Ferreira, Antonio Ferreira, Elias Bernardo, Altino Ferreira.

E ainda: Manoel Benevides, Carlete Moreira, Carlos Moreira, Jadir Ferreira, Almar Macarini, Antonio Borges da Fonseca, Fudi Bernardo, Darly Cardoso, Merentino Layber, Aldomiro Pereira dos Santos, Anito Pereira dos Santos, Orenivio Lírio e Etlvino Costa da Conceição. A maioria não tem recursos para ingressar em juízo para defender os seus direitos.

O prefeito de Piúma, sr. Hélio

Garcia Mervila, afirmou que as providências solicitadas ao governador Eurico Vieira de Rezende não foram adotadas. Ele disse conhecer o problema há algum tempo e que “há aproximadamente três meses, inclusive, acompanhei um movimento no bairro Portinho. Teve um povo querendo invadir dizendo que era dono, eram quatro pessoas, que falavam que tinham comprado o terreno de um tal de Agenor Pereira Sacramento, que ingressou em juízo com uma ação”.

Os moradores de Portinho resistiram armado de facão e de armas de fogo. Os moradores afirmam que essas pessoas — “inclusive o Rubens Assad” — estão vindo em nome de uma imobiliária. “Existe a possibilidade de um choque armado e muito perigoso. Você imagina estar numa propriedade e vir um sujeito querendo tomar o que é seu, tirar a sua família. Então você reage. Isto é perigoso. Moro aqui há 24 anos e conheço muitos proprietários, como o Laudelino Lírio, D. Maria Almeida Xavier e sei que eles são donos”, disse o prefeito.

O sr. Ivon de Almeida Xavier, 50 anos, residente na avenida Riomar, em Piúma, afirmou que as pessoas que estão querendo se apropriar da área são: Marino Quintero, Rubens Assad, irmão do advogado João Carlos Assad, “que vem dando documentos falsos e armando o negócio”.

Eles foram apoiados, disse o morador por Feudo Bartulani, soldado reformado, genro de Mariano, Bricínio Alves, mais “Anésio de Tal” e “Valmire de Tal”, “que dizem ter comprado de Agenor Pereira, que está vendendo o que não é seu”.

# Invasores não sabem o que é usucapião

Os moradores das localidades originadas de invasões, em Vitória, não sabem o que é usucapião, e nem têm conhecimento do prazo de moradia necessário para requerer escritura definitiva sobre a terra.

Ontem, as pessoas consultadas no bairro São Pedro e localidades adjacentes, também originadas de invasões, não tinham conhecimento de que está para ser enviado ao Congresso proposta para redução de prazo do usucapião de 20 para 5 anos.

## SEM INFORMAÇÃO

No bairro Grande Vitória, denominação encontrada pelos próprios habitantes que invadiram a localidade — próxima ao bairro Santo Antônio — há pouco mais de seis meses, não há energia elétrica. “Por isso”, justificou o sr. Alvaro Luiz Gomes Pinto, “não temos informações pela televisão. Jornal não temos dinheiro para comprar”.

Sobre a ocupação pelos moradores de Grande Vitória das terras reclamadas pela família Copollilo, em prazo inferior a um ano, o que deixa a população sob o risco de perder suas habitações, ele comentou apenas que “trabalhei nesta terra, construí minha casa sobre ela; logo, acho que ninguém pode contestar minha propriedade”.

## NECESSIDADE

Outra moradora de Grande Vitória, a sra. Joana Rodrigues Martins, disse que a ocupação das terras foi por “necessidade”. Segundo seu raciocínio, “desde que não



## A maioria dos invasores não será beneficiada com a nova lei

tenha ninguém morando num local e tenha alguém precisando de moradia, nada mais natural do que a gente ocupar”. Sobre o prazo do usucapião para ela requerer posse sobre o terreno, também não tinha informação a respeito.

O primeiro morador desse bairro, sr. Josias Silva, disse que “ninguém tem o direito de tirar da terra uma pessoa que construiu casa, pinguela para os moradores passarem e não faz mal a ninguém. Eu não conheço nenhuma lei, a não ser a força policial, que possa tirar a gente daqui. De qualquer forma estamos preparados para o que vier”, alertou.

## SÃO PEDRO

No bairro São Pedro III, os moradores

também desconhecem qualquer informação sobre o usucapião. Segundo a sra. Marta Candido Santos, “o que nós sabemos é que essas terras estão dando trabalho na justiça. Eu não conheço nenhum prazo para poder registrar o terreno, a não ser por promessas de alguns candidatos que pedem votos”.

Já a sra. Cecília Mair reconhece que a invasão não lhe dá direito de posse. Entretanto, sublinhou, “invadimos uma terra que é terreno da Marinha e que nunca seria aproveitada melhor do que por nós. O pessoal que mora aqui, como nos outros São Pedro, e em outros locais onde houve invasão nos últimos meses, não tem prazo algum para poder registrar seus terrenos. A única prova de posse de terreno é a necessidade de um local para viver”.

# Justiça e Paz: “Lei beneficia poucos”

Apesar de considerar satisfatório o estudo do Ministério do Interior, que visa entender para a zona urbana o projeto de lei sobre a redução do prazo, do usucapião, o presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, sr. Antônio Cesar Penedo, comentou que, se aprovada, a nova lei não beneficiará muitos favelados da Grande Vitória.

“O projeto de Lei do Governo tem proposições positivas, mas ninguém pode se iludir com elas, pois de qualquer forma não solucionarão os problemas de moradia da maioria dos brasileiros”, afirmou.

Ao falar sobre a redução proposta pelo

ministro Mario Andreazza no prazo do usucapião de 20 para 5 anos, favorecendo os favelados da zona urbana, o presidente da Comissão de Justiça e Paz salientou que “na Grande Vitória, praticamente só o pessoal de Concheiras seria beneficiado, já que foi um dos primeiros processos de invasão que se registraram no Estado e que geraram polêmica”.

“Em Vitória” comentou “os maiores bolsões de pobreza resultantes das últimas invasões continuarão com a mesma ameaça de instabilidade. Seria necessário que voltássemos à Roma antiga para se ter uma lei de

usucapião que beneficiasse o habitante de uma terra por período de apenas dois anos”.

## ESTUDOS

A Comissão de Justiça e Paz ainda está fazendo estudos sobre a redução do prazo do usucapião e até ontem não havia tido confirmação sobre a inclusão da área urbana no anteprojeto do Governo. “De qualquer forma, apesar de considerarmos alguns componentes positivos no propósito governamental, achamos que ainda é uma gota d’água para resolver os reais problemas que afligem a população”, ressaltou.